



PREFEITURA DE

CAMPUS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Pregão Eletrônico nº 009/2021

Processo nº 2021.021.000100-0-PR

Data: 28/10/2021

Comissão	Fis. <i>[assinatura]</i>
Permanente de	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Licitação	
Processo n.º	



Pregão Eletrônico nº 009/2021

Processo nº 2021.021.000100-0-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones nº (22) 98175-2073 / 98175-0911, através do Fundo Municipal de Assistência Social, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, **EXCLUSIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA** cujo Edital recebeu o nº 009/2021, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço, modo de disputa aberto**, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 137/2020, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Lei Municipal nº 8.768/2017 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. DO PREGÃO

13.1- Abertura da sessão do Pregão Eletrônico: Dia 29/11/2021 às 10h (dez horas).

1.4. **Integram este Edital, independentemente de transcrição:**

1.4.1- **Formulário de Proposta - Anexo I**

1.4.2- **Minuta de Contrato - Anexo II**

1.4.3- **Termo de Referência - Anexo III**

1.5- O Edital, na íntegra, está disponível para download através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes>, bem como através do site www.licitanet.com.br.

1.5.1 - SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de equipamentos de eletroeletrônicos para atender os equipamentos da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social - SMDHS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1- A participação neste Pregão é exclusiva para MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E COOPERATIVAS EQUIPARADAS, conforme instituído pelo art. 48, I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Art. 55 da Lei Municipal nº 8.768/17.

3.1.2- Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

3.1.3- Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI aptos a participar do presente certame aqueles definidos no Art. 18A da Lei Complementar nº 123/06 e regulamentado na Lei Complementar nº 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

3.1.4- Equiparam-se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

3.1.5- Os licitantes que se enquadrarem como microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e Cooperativas Equiparadas, deverão assinalar, **em campo próprio do Sistema Eletrônico**, a Declaração de ME/EPP, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.5- Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas

as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.5.1- A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos;

3.5.2- O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão dispostos no site www.licitanet.com.br

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>;

4.2 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

4.3 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

4.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

4.5 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

4.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

4.7 Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do TERMO DE REFERÊNCIA;

4.8 O licitante que deixar de assinalar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, a Declaração de ME/EPP, ficará impedido de participar do certame, haja vista que se trata de licitação exclusiva, nos termos da Lei Municipal nº 8.768/2017 e Lei Complementar 123/06;

4.9 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

4.10 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

4.11 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o órgão promotor da licitação, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

4.12 As declarações falsas relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, bem como ao enquadramento na condição de ME/EPP, sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Leis nº 10.520/02 e 8.666/93;

5- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO", incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), **bem como os documentos exigidos no item 6 do Termo de Referência**, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

5.2 As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

- 5.3 Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;
- 5.4 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;
- 5.5 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, prevalecerão às últimas;
- 5.6 Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;
- 5.7 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;
- 5.8 As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e Cooperativas Equiparadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;
- 5.9 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.10 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;
- 5.11 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;
- 5.12 Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema

eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

7- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;

7.2 O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

- 7.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestamente inexequível, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;
- 7.4 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;
- 7.5 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;
- 7.6 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;
- 7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá no valor unitário, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**;
- 7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;
- 7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;
- 7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema,

poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

7.15 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

7.18 Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, devendo facultar ao proponente a oportunidade de confirmar o valor em questão. Na hipótese de não confirmação, o pregoeiro, excluirá o referido valor, sem prejuízo da oportunização ao proponente de reformular novo lance;

7.19 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

7.20 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

7.21 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

7.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas, no mínimo, (24) vinte e quatro horas após a comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site

[https://licitanet.com.br/;](https://licitanet.com.br/)

7.23 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.24 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

7.25 Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.25.1 Produzidos no País;

7.25.2 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.25.3 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3º, § 2º, incisos II, III e IV da Lei nº 8666/93);

7.25.4 Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

7.25.5 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27 O pregoeiro, quando for o caso, solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de, no mínimo, duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 8º do art. 26, do Decreto nº 137/2020, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto nº 137/2020;
- 8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;
- 8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo,

fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.6.3 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.6.4 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade;

8.6.5 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.6.6 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.6.7 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.6.8 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9- DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

9.1.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.1.5 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

9.1.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

9.1.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

9.1.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.1.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.1.10 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

9.1.11 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.1.12 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

9.1.13 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

9.1.14 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

9.1.15 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes; (vide 9.2.3.1)

9.1.16 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

9.1.17 As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

9.1.18 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante.

9.2 - OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAL, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

9.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

9.2.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.2.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

9.2.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

9.2.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

9.2.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

9.2.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

9.2.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

9.2.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2.2.8- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

9.2.2.9- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

9.2.2.10- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

9.2.2.11- Os documentos relacionados no subitem 9.2.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a realização do certame.

9.2.2.12 - As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e Cooperativas Equiparadas deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2.2.12.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro.

9.2.2.12.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

9.2.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

9.2.3.1- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(ns) efetivamente vencido(s) pela empresa.

9.2.3.1.1- Caso a comprovação seja realizada através do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

9.2.3.2- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem 9.2.3.1, o pregoeiro observará o disposto nos subitens 9.1.14 e 9.1.15.

9.2.3.3- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a realização do certame, exceto quando dela constar o prazo de validade.

9.2.3.3.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 9.2.3.4.

9.2.3.3.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 9.2.3.3 e 9.2.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

9.2.3.4- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

9.2.3.4.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 9.2.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

9.2.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.4.1 - Um ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já forneceu, de maneira satisfatória, materiais semelhantes ao objeto da presente licitação, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou o(s) serviço(s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

9.2.5- DA DOCUMENTAÇÃO

9.2.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 9.2.1.1, 9.2.1.2, 9.2.1.3, 9.2.1.4, 9.2.2.1, 9.2.2.2 e 9.2.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

9.2.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

10- DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

10.1.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

10.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

10.1.5 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93);

10.1.6 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

10.1.7 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

10.1.8 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

11- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1- Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

11.2- Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

11.3- A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

11.4- Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

11.5- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6- Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12- DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1- A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1- Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.1.2- Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

12.2- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

12.3- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

13- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1- O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

13.2- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

14.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 9.2.2.12.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

14.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

14.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

14.5- Em caso de atraso no fornecimento, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

14.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

15 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1- Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;
- 15.2- A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br;
- 15.3- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;
- 15.4- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;
- 15.5- Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;
- 15.6- O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;
- 15.7- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 15.8- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;
- 15.9- As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

16- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 16.1- A despesa correrá pelo código correspondente, relativo aos Programas de Trabalho 08.244.0102.4073.0000, 08.242.0042.4080.0000 e 08.244.0038.4061.0000 pelas Naturezas de Despesas 44905234 e 44905212 e Fonte de Recurso 229.

17- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

17.1- PRAZO DE ENTREGA

17.1.1- A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a Nota de Empenho no prazo de **03 (três) dias** a contar da comunicação efetivada pelo setor de contratos;

17.1.2- A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar os produtos solicitados em até 10 (dez) dias, conforme previsto no subitem 8.3 do Termo de Referência (Anexo III), sob pena das sanções legais cabíveis.

17.1.3- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento da ordem formal de fornecimento.

17.1.4- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

17.1.5- O objeto será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

17.2- LOCAL DE ENTREGA

17.2.1- A(s) vencedora(s) desta licitação terá(ão) que entregar o que lhe(s) for adjudicado nos locais definidos no subitem 8.1 do Termo de Referência (Anexo III).

17.3- FORMA DE FORNECIMENTO

17.3.1- O objeto desta licitação será fornecido de forma integral, conforme previsto no item 5 do Termo de Referência - Anexo III.

18 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

18.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, a Contratante convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura do instrumento contratual, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

18.1.1 - Ao assinar o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

18.1.2 - Para assinar o contrato, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

18.1.3 - O compromisso de fornecimento será formalizado mediante assinatura do instrumento contratual pelo fornecedor.

18.2 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.

18.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar o contrato.

18.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo fixado no subitem 18.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

19- DO REAJUSTAMENTO

19.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato.

20- DO PAGAMENTO

20.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **CONTRATANTE** pagará à contratada, a importância total

que vier a ser pactuada, até 30 dias após a entrega, conforme Termo de Referência (anexo III).

20.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

20.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.

20.4- O pagamento da parcela será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

20.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 20.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

20.6- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 20.5, será efetivado mediante autorização expressa da Autoridade competente, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido à mesma.

20.7- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

20.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

20.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 20.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 20.5;

20.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á a Ata no sistema eletrônico;
- 21.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;
- 21.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;
- 21.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;
- 21.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 21.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 21.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ;
- 21.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

21.9 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <http://www.campos.rj.gov.br/licitacoes> e www.licitanet.com.br. Também poderá ser lido ou obtido cópia no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, localizado à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones nº (22) 98175-2073/ 98175-0911, nos dias úteis, no horário das 09:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados; Para obtenção de cópia impressa será necessário o fornecimento de uma resma de papel A4 com 500 folhas;

21.10 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

21.11 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

21.12 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

21.13 - Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

21.14 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93;

21.15 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

- 21.16 - As decisões do Pregoeiro serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: <http://www.campos.rj.gov.br/licitacoes> e no Diário Oficial do Município;
- 21.17 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;
- 21.18 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o ser revogada, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;
- 21.19 - A Administração poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;
- 21.20 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ.

Campos dos Goytacazes, 28 de outubro de 2021.

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Presidente do Fundo Municipal de Assistência Social

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Conforme especificação do item 3 do Termo de Referência)	QUANT	UND	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMOS (R\$)
1 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	AR CONDICIONADO 9000 BTUS	39	UND		
2 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	AR CONDICIONADO 12000 BTUS	15	UND		
3 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	AMPLIFICADOR DE SOM AMPLIFICADOR DE ÁUDIO	6	UND		
4 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	VENTILADORES TUFÃO BIVOLTS	58	UND		
5 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	TV SMART 43"	11	UND		
6 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	FREEZER HORIZONTAL 534L	4	UND		
7 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL ALTA ROTAÇÃO	3	UND		
8 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	BEBEDOURO INDUSTRIAL INOX COM 02 TORNEIRAS	6	UND		
9 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	BATEDEIRA PLANETÁRIA 5 LITROS	3	UND		
10 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	APERELHO DE SOM	4	UND		
11 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	FORNO A GÁS Forno 80x60 Industrial à gás	6	UND		
12 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	MICROFONE SEM FIO DUPLO BIVOLT	7	UND		
13 - Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	CAIXA AMPLIFICADORA	1	UND		

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 009/2021, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Eletrônico nº. 009/2021, para a realização do certame.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações que constam no **Termo de Referência**, elaborado pela Fundo Municipal de Assistência Social. Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme art. 9º da lei 8.666/93, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme art. 97 da Lei nº. 8.666/93.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2021.

Representante Legal da Licitante

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
FMAS E A EMPRESA _____.

A _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) Presidente de _____ e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei nº 8.883/94, no Decreto Municipal nº 137, de 17 de junho de 2020, e de acordo com o que consta do Processo nº 2021.021.000100-0-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **aquisição de equipamentos de eletroeletrônicos para atender os equipamentos da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social - SMDHS**, conforme descrito nos Anexos do edital, e, em especial, na Nota de Empenho nº ____/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto, no processo nº 2021.021.000100-0-PR e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;

- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. nº _____ e pela Natureza de Despesa N.D. nº _____, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ENTREGA

O prazo para entrega do objeto deste contrato é de até 10 (dez) dias, de acordo com o subitem 8.3 do Termo de Referência (Anexo III do edital da licitação), sob pena das sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A contagem dos prazos contratuais terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral, conforme solicitação da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 009/2021, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA** e respectivos anexos do processo administrativo nº 2021.021.000100-0-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2021.

Contratante:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contratada:

Testemunhas:

ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 136
	Rubrica
	Processo n.º

1. OBJETO

Este Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições das Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, tem por objeto definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, pelo MENOR PREÇO, visando aquisição de EQUIPAMENTOS DE ELETROELETRÔNICOS para atender os Equipamentos da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social – SMDHS, conforme especificações técnicas e quantitativas constantes neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social se organiza conforme preconiza o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) ele se divide em dois tipos de proteção social. A Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio de oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas e outros aspectos.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social se organiza conforme preconiza o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) ele se divide em dois tipos de proteção social. A Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio de oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas e outros aspectos.

A aquisição do objeto deste Termo de Referência tem como finalidade atender as Programas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial que visam melhoria na

infraestrutura física dos equipamentos a fim de proporcionar melhores condições de trabalho para a equipe técnica e viabilizar um melhor atendimento aos usuários.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social através da equipe multidisciplinar analisou todo o cenário atual, podendo observar que as demandas da população usuária dos nossos serviços tem crescido.

O CRAS tem como atribuição realizar os Serviços da Assistência Social através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento integral a Família (PAIF).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é um dos serviços oferecidos no nível da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social. Ou seja, o SCFV está vinculado aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

O SCFV deve ser desenvolvido a partir de ações preventivas e proativas, no sentido de complementar o trabalho realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é voltado a quem dele necessitar. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) cita, ainda, diversos grupos que devem ser priorizados como indivíduos pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, com deficiência,

Os grupos podem ser organizados conforme faixas etárias, da seguinte forma:

- Crianças até 6 anos.
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos
- Adolescentes de 15 a 17 anos
- Jovens de 18 a 29 anos
- Adultos de 30 a 59 anos
- Pessoas Idosas

No Município de Campos dos Goytacazes, temos 820 participantes das oficinas e atividades do SCVF. Sendo participantes dos serviços (151 idosos, 561 crianças e 118 adolescentes). O serviço é organizado a partir de percursos e oficinas (esportiva/ teatro/ dança/ recreação/lazer).

Serviço de Proteção e Atendimento integral a Família (PAIF).

O PAIF é o principal serviço desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social e este equipamento deve, obrigatoriamente, desenvolver o PAIF. Não pode haver a instalação de CRAS sem a oferta deste serviço, por meio do qual se desenvolve o Trabalho Social com Famílias.

Todos os CRAS deverão possuir identificação por meio de uma placa de modo a garantir a visibilidade da unidade e o acesso facilitado das famílias beneficiárias, bem como sua vinculação ao SUAS.

Sendo necessária a sinalização do local e das atividades que são desenvolvidas nos territórios de abrangência em cada Equipamento, principalmente dos Centros de Convivência que acontecem em outro polo, como por exemplo, o Centro de Convivência de Poço Gordo, que é vinculado ao CRAS de Goytacazes.

“O SCFV pode ser ofertado tanto nos CRAS e Centros de Convivência, que são instituições públicas, como em entidades socioassistenciais parceiras. É importante notar que essas instituições devem estar inscritas no Conselho de Assistência Social dos municípios ou Distrito Federal (DF) e seguir os devidos trâmites legais para que a parceria seja reconhecida.” (NT. Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, 2015).

Os CRAS e a Estrutura Física

Os CRAS devem estar preparados para o atendimento diário e de caráter continuado. Os serviços aqui descritos exigem capacidade técnica e qualificada.

Nossos técnicos utilizam recursos tecnológicos para facilitar a compreensão de temas do cotidiano. Dentre as tecnologias de informação e comunicação mais comuns nos CRAS estão os recursos audiovisuais básicos como a televisão, os aparelhos de reprodução de vídeos, projetores, aparelhos de som e computadores que permitem o trabalho com imagens,

videos, músicas e conteúdos multimídia.

As tecnologias de comunicação e informação fazem parte da vida de todos hoje em dia e por esse motivo os CRAS precisam trabalhar com elas para estarem mais próximas da população usuária, falando a mesma linguagem que eles e tornando o processo de reflexão mais atrativo, dinâmico, agradável e produtivo.

Dentro do SUAS, além dos assistentes sociais, há diversas outras categorias, como psicólogos, pedagogos, educadores sociais, facilitadores sociais, além dos auxiliares e assistentes administrativos, profissionais de limpeza e conservação e motoristas que atuam em nos Centros de Referência em Assistências Social (Cras) e Centro de Convivência.

O CRAS não deve ser compreendido simplesmente como uma edificação. A disposição dos espaços e sua organização refletem a concepção sobre trabalho social com famílias adotada pelos municípios. Assim, são fatores que influenciam a estrutura e o funcionamento do CRAS: as rotinas e metodologias adotadas; as características do território e da população a ser atendida; a importância dada à participação das famílias no planejamento e avaliação dos serviços prestados e ações desenvolvidas; a incidência de determinadas vulnerabilidades no território; os recursos materiais e equipamentos disponíveis; o papel desempenhado pela equipe de referência e sua concepção sobre famílias etc.

A Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social possui aproximadamente 330 trabalhadores, distribuídos entre proteções (básica e especial).

São realizados aproximadamente 100 atendimentos por dia em cada CRAS, totalizando 1300 atendimentos nos 13 CRAS do Município de Campos dos Goytacazes.

Comprovadamente a temperatura adequada para um ambiente gera essa sensação de conforto e alívio do estresse, auxiliando no combate ao cansaço e a repor as energias, sendo necessário a instalação de equipamentos de ar condicionado e ventiladores nos CRAS.

Necessidades apresentadas:

EQUIPAMENTO	TV	Aparelho de ar condicionado de 9.000 BTU	Aparelho de ar condicionado 12.000BTU
CRAS Chatuba	00	01	01
CRAS Codin	00	01	01
CRAS Custodópolis	01	02	03

CRAS Esplanada	00	01	01
CRAS Goytacazes	00	01	01
CRAS Jardim Carioca	00	01	01
CRAS Jockey	00	01	01
CRAS Matadouro	00	01	01
CRAS Morro do Coco	00	01	01
CRAS Parque Guarus	01	02	01
CRAS Penha	01	01	01
CRAS Travessão	00	01	01
CRAS Ururai	00	01	01
TOTAL	03	15	15

O Sistema Único de Assistência – SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, define e organiza os elementos essenciais para a execução da política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões de serviço, enfatizando que o atendimento às famílias deve compreender a garantia dos direitos socioassistenciais, o acesso à rede de serviços e às demais políticas públicas, na perspectiva do desenvolvimento de um protagonismo solidário e transformador que possibilite e fortaleça a convivência familiar e comunitária.

O reconhecimento de que o cidadão tem direitos que devem ser garantidos de forma integral e integrados, ter o convívio familiar e comunitário como matriz de trabalho e definir os Centros de Referência como base da ação, têm por parâmetro as seguranças sociais. Estas, conforme a NOB, estão assim desenhadas: Acolhida; Renda; Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social; Desenvolvimento de Autonomia; Apoio e Auxílio.

Assim, é necessário que se perceba e se garanta que todo cidadão que necessitar deve ter acesso a serviços e benefícios que o apoiem diante de suas vulnerabilidades e possibilitem sua autonomia. A resposta esperada não se reduz a uma única política e sim a uma ação intersetorial. As necessidades do cidadão, passam, via de regra, por políticas sociais que envolvam saúde, educação, habitação, cultura, esporte, lazer, entre outros, além da própria assistência social.

O município de Campos dos Goytacazes possui uma ampla rede Socioassistencial, a qual oferta serviços da Proteção Social Especial de média e alta complexidade. Na Proteção Social Especial de média complexidade o município conta com 03 (três) Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, os quais realizam o acompanhamento familiar a mais de 795 famílias em situação de violações de direitos, sendo

executados três tipos de serviços (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Medida socioeducativa e Abordagem Social) Possui também um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, o qual atende uma média de 60 (sessenta) pessoas na rua e cerca de 61 usuários abordados na rua. Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o município conta com 03 (três) acolhimentos institucionais para adultos e famílias:

- Casa de Passagem - acolhimento para população em situação de rua com funcionamento 24 horas que oferta moradia, alimentação e serviço socioassistencial para 30 (trinta) pessoas.
- Abrigo Lar Cidadão - acolhimento para população em situação de rua com funcionamento 24 horas que oferta moradia, alimentação e serviço socioassistencial para 20(vinte) pessoas.
- Abrigo Casa da Mulher Benta Pereira – acolhimento provisório para mulheres em situação de violência doméstica com risco eminente de morte com funcionamento 24 horas que oferta moradia, alimentação e serviço socioassistencial para 18 (dezoito) mulheres e filhos.

A aquisição dos itens eletrônicos é necessária para melhorar a oferta dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Equipamentos supracitados. Para aquisição destes eletrônicos será através de procedimento Licitatório, na modalidade Presencial por Sistema de Registro de Preço. Os itens serão oferecidos aos usuários atendidos pelo Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS).

O Departamento de Proteção Social Especial, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS) objetivam reestruturar a rede socioassistencial para oferta dos serviços. Para tanto, é necessário que os ambientes físicos dos CREAS, Centro Pop e acolhimentos sejam acolhedores e assegurem a equipe de trabalho com espaços seguros, garantindo o sigilo profissional para a realização dos atendimentos e acompanhamento familiar, bem como ofertem espaços de moradia para indivíduos e famílias em situação de violação de direitos e rompimento de vínculos.

A infraestrutura física dos Equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deve ser compatível com os serviços ofertados. Para além do espaço físico, o desenvolvimento das ações socioassistenciais exigem a disponibilização de equipamentos e recursos materiais essenciais e desejáveis que todas unidades devem dispor.

A tabela a seguir apresenta o movimento mensal de famílias em acompanhamento familiar pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) no ano de 2021. É importante ressaltar que por se tratar de um serviço continuado, uma mesma família pode ser contabilizada em diversos meses.

Tabela 1. Quantitativo mensal de famílias em acompanhamento pelo PAEFI, 2021

PAEFI	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	MÉDIA
CREAS I	190	172	177	180	180	175	179
CREAS II	254	255	257	240	244	237	248
CREAS III	271	269	268	274	278	269	272

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS de Campos. Relatório Mensal de Atendimento dos CREAS, 2021.

O quantitativo exato de famílias que estiveram em acompanhamento pelo referido serviço até Junho, sem repetição, pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 2. Quantitativo anual de famílias acompanhadas pelo PAEFI, 2021

PAEFI	
CREAS I	222
CREAS II	277
CREAS III	296
TOTAL	795

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS de Campos. Relatório Mensal de Atendimento dos CREAS, 2021.

No que tange ao movimento mensal de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa acompanhados pelos CREAS, estes serão apresentados na próxima tabela. É importante ressaltar que por se tratar de um serviço continuado, um mesmo adolescente pode ser contabilizado em diversos meses. Durante o ano de 2021, em função da pandemia, a execução da medida socioeducativa esteve suspensa.

Tabela 3. Quantitativo mensal de adolescentes em acompanhamento de MSE, 2021

MSE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	MÉDIA
CREAS I	54	54	54	50	40	40	49
CREAS II	22	22	24	20	18	20	21
CREAS III	28	28	28	28	21	21	26

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS de Campos. Relatório Mensal de Atendimento dos CREAS, 2021.

Em relação ao quantitativo exato de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa acompanhados pelos CREAS em 2021, sem repetição, este pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 4. Quantitativo anual de adolescentes em cumprimento de MSE acompanhados, 2021

MSE	
CREAS I	55
CREAS II	27
CREAS III	28
TOTAL	110

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS de Campos. Relatório Mensal de Atendimento dos CREAS, 2021.

O quantitativo de cestas básicas entregues pelos CREAS do município no ano de 2021 pode ser observado adiante.

Tabela 5. Quantitativo mensal de cestas básicas entregues, 2021

CESTAS BÁSICAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	TOTAL
CREAS I	38	20	16	28	22	11	135
CREAS II	47	26	31	40	26	26	196
CREAS III	53	24	15	25	29	22	168

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS de Campos. Relatório Mensal de Atendimento dos CREAS, 2021.

Apresentaremos adiante o quantitativo de alcance dos serviços ofertados no Centro Pop, sendo estes: Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Pessoas atendidas) e Serviço Especializado em Abordagem Social (Pessoas abordadas). É possível observar a seguir o quantitativo de pessoas atendidas e abordadas por mês, cabe mencionar que uma mesma pessoa pode ser atendida e abordada em diferentes meses do ano.

Tabela 6. Movimento mensal de pessoas atendidas e abordadas no Centro Pop, 2021.

CENTRO POP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	MÉDIA
Pessoas atendidas	55	48	77	58	71	50	60
Pessoas abordadas	62	67	61	39	58	80	61

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS de Campos. Relatório Mensal de Atendimento do Centro Pop, 2021.

A próxima tabela apresenta o quantitativo de atendimentos e abordagens. É importante informar que uma mesma pessoa pode ser atendida e abordada por várias vezes dentro do mesmo mês, diante disso que apresentamos os dois dados, na medida em que a tabela 6 refere-se à pessoa sendo contada uma única vez e a tabela 7 a todos os atendimentos direcionados a estas.

Tabela 7. Movimento mensal de atendimentos e abordagens no Centro Pop, 2021.

CENTRO POP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	TOTAL
Atendimentos	86	80	133	98	116	135	648
Abordagens	724	419	319	241	402	449	2554

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS de Campos. Relatório Mensal de Atendimento do Centro Pop, 2021.

Apresentaremos a seguir o movimento mensal de pessoas acolhidas nos acolhimentos da SMDHS.

Tabela 8 Movimento mensal de acolhidos, 2021.

Acolhimentos	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	Média
Casa de Passagem	22	28	34	31	32	33	30
Lar Cidadão	18	21	26	23	25	23	23
Manoel Cartucho	59	55	52	51	52	45	52
Residência Inclusiva	11	11	11	11	11	11	11
Benta Pereira	2	3	3	3	3	1	3

Fonte: Vigilância Socioassistencial da SMDHS de Campos. Relatório Mensal de Atendimento dos Acolhimentos, 2021

QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS OU FAMÍLIAS ATENDIDAS E ACOMPANHADAS POR EQUIPAMENTO

A aquisição do objeto deste Termo de Referência tem como finalidade atender a demanda dos Equipamentos da Proteção Social Especial de média e alta complexidade, potencializando a melhoria da oferta dos serviços Socioassistenciais. A aquisição destes itens eletrônicos visa que os Equipamentos públicos façam a implementação e/ou renovação dos mesmos, e continue tendo seus atendimentos com qualidade e também potencializando a oferta do serviço público para quem necessitar.

O Departamento de Proteção Social Especial junto a Gestão da SMDHS, após o acesso a planilha disponibilizada pelo Ministério da Cidadania - Governo Federal avaliaram as necessidades para melhorar a oferta dos serviços Socioassistenciais, conforme detalhamento abaixo:

PLANILHA PROGRAMAÇÃO 330100920190013

ITEM	DESCRIÇÃO	CREAS I	CREAS II	CREAS III	CENTRO POP	BENTA PEREIRA	LAR CIDADÃO	CASA DE PASSAGEM	TOTAL
1	APARELHO DE SOM	0	0	0	1	1	1	1	4
2	AMPLIFICADOR DE SOM	0	1	0	0	1	1	0	3
3	AP AR COND 9000 BTUS	3	3	3	4	2	0	0	15
4	BATEDEIRA PLANETÁRIA 5 LITROS	0	0	0	0	1	0	0	1
5	BEBEDOURO INDUSTRIAL INOX COM 2 TORNEIRAS	0	0	0	0	1	0	0	1
6	FREEZER HORIZONTAL 534 L	0	0	0	0	1	0	0	1
7	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL ALTA ROTAÇÃO	0	0	0	0	1	0	0	1
8	MICROFONE SEM FIO DUPLO BIVOLT	0	0	0	0	1	1	0	2
9	TELEVISÃO SMART 43"	1	0	0	1	1	0	1	4
10	VENTILADOR TUBO BIVOLTS	2	2	2	4	14	6	6	36

II	FORNO 80x60 INDUSTRIAL A GÁS	1	1	1	0	1	1	1	6
----	---------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

Item APARELHO DE SOM – serão utilizados para a promoção de grupos reflexivos, oficinas, ações externas e campanhas desenvolvidas pelos equipamentos públicos;

Item AMPLIFICADOR – serão utilizados para a promoção de grupos reflexivos, oficinas, ações externas e campanhas desenvolvidas pelos equipamentos públicos;

Item APARELHO DE AR CONDICIONADO – serão utilizados proporcionar uma qualidade de vida melhor para usuários dos serviços e equipes profissionais, tendo em vistas as altas temperaturas do município de Campos dos Goytacazes,

Item BATEDEIRA – será utilizada para atender a confecção da alimentação no acolhimento institucional Casa da Mulher Benta Pereira, a qual tem a finalidade de acolher mulheres e filhos (filhos (as) menores 18 anos) em situação de violência doméstica;

Item BEBEDOURO – será utilizada para atender aos usuários do acolhimento institucional Casa da Mulher Benta Pereira, a qual tem a finalidade de acolher mulheres e filhos (filhos (as) menores 18 anos) em situação de violência doméstica;

Item FREEZER – será utilizada para atender aos usuários do acolhimento institucional Casa da Mulher Benta Pereira, a qual tem a finalidade de acolher mulheres e filhos (filhos (as) menores 18 anos) em situação de violência doméstica;

Item LIQUIDIFICADOR – será utilizada para atender a confecção da alimentação do acolhimento institucional Casa da Mulher Benta Pereira, a qual tem a finalidade de acolher mulheres e filhos (filhos (as) menores 18 anos) em situação de violência doméstica;

Item MICROFONE – será utilizada para atender aos usuários do acolhimento institucional Casa da Mulher Benta Pereira, a qual tem a finalidade de acolher mulheres e filhos (filhos (as) menores 18 anos) em situação de violência doméstica e o Acolhimento Abrigo Lar Cidadão para População de Rua;

Item TELEVISÃO – serão utilizados para os usuários dos CREAS I, Centro Pop, Casa da Mulher Benta Pereira e Casa de Passagem;

Item VENTILADOR – serão utilizados para proporcionar qualidade de vida e bem estar aos usuários e profissionais de todos os equipamentos da proteção social especial;

Item FORNO - serão utilizados nos CREAS para o preparo de lanches e acolhimentos para o preparo das refeições com o propósito de ofertar os serviços socioassistenciais conforme orientações técnicas do MDS.

PLANILHA PROGRAMAÇÃO 33010092019004

ITEM	DESCRIÇÃO	CREAS I	CREAS II	CREAS III	CENTRO POP	BENTA PEREIRA	LAR CIDADÃO	CASA DE PASSAGEM	TOTAL
1	AMPLIFICADOR DE SOM	1	0	1	0	0	0	1	3
2	AP AR COND 9000 BTUS	1	1	1	1	1	2	2	9
3	BATEDEIRA PLANETÁRIA 5 LITROS	0	0	0	0	0	1	1	2
4	BEBEDOURO INDUSTRIAL INOX COM 2 TORNEIRAS	1	0	0	1	1	1	1	5
5	CAIXA DE SOM AMPLIFICADORA	0	0	0	1	0	0	0	1
6	FREZER HORIZONTAL 534 L	0	0	0	1	0	1	1	3
7	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL ALTA ROTAÇÃO	0	0	0	0	0	1	1	2
8	MICROFONE SEM FIO DUPLO BIVOLT	1	1	1	1	0	0	1	5
9	TELEVISÃO SMART 42"	0	0	0	1	1	1	1	4
10	VENTILADOR TULÃO BIVOLTS	2	2	2	4	2	5	5	22
11	FORNO 80x60 INDUSTRIAL A GÁS								

Item AMPLIFICADOR – Serão utilizados para a promoção de grupos reflexivos, oficinas, ações externas e campanhas desenvolvidas pelos equipamentos públicos;

Item APARELHO DE AR CONDICIONADO – serão utilizados para proporcionar uma qualidade de vida melhor para usuários dos serviços e equipes profissionais, tendo em vistas as altas temperaturas do município de Campos dos Goytacazes,

Item BATEDEIRA – Será utilizada para atender a confecção da alimentação no acolhimento institucional Abrigo Lar Cidadão e Casa de Passagem;

Item BEBEDOURO – Será utilizada para atender aos usuários do CREAS I, Centro Pop e acolhimentos Abrigo Lar Cidadão, Casa da Mulher Benta Pereira e Casa de Passagem;

Item CAIXA ACÚSTICA- Será utilizada para ações externas, campanhas e eventos desenvolvidos pelo Centro Pop,



CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL

Comissão	Fls. 148
Permanente de	Rubrica
Licitação	
Processo n.º	

Item FREEZER- Será utilizada para atender aos usuários do Centro Pop e acolhimentos institucionais Abrigo Lar Cidadão e Casa e Casa de Passagem;

Item LIQUIDIFICADOR – Será utilizado para atender a confecção da alimentação do acolhimento institucional Abrigo Lar Cidadão e Casa de Passagem;

Item MICROFONE -- Será utilizado para atender aos usuários do CREAS I, CREAS II, CREAS III, Centro Pop e acolhimento Institucional Casa de Passagem

Item TELEVISÃO – Será utilizada para atender aos usuários do Centro Pop, Abrigo Lar Cidadão, Casa de Passagem e Casa da Mulher Benia Pereira;

Item VENTILADOR – Serão utilizados para proporcionar qualidade de vida e bem estar aos usuários e profissionais de todos os equipamentos da Proteção Social Especial.

3. QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QTDE
1- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	AR CONDICIONADO 9000 BTUS ar condicionado, Split, 9000 Btus, Hi-Wall, ciclo frio, função sleep, timer on/off, direcionador de fluxo, controle remoto com display digital, 04 velocidades, Potência 1050W, Vazão de Ar 480 m³/h, Temperatura 16° à 30° Compressor rotativo, gás refrigerante R-410A, serpentina de cobre, função swing, frequência 60HZ, 220V, monofásico, selo Procel com classificação energética (INMETRO) A, nível de ruído 37 dB(A), condensadora Horizontal, Branco e 12 meses de garantia. Com instalação.	UND	39
2- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	AR CONDICIONADO 12000 BTUS Ar condicionado, Split, 12000 Btus, Hi-Wall, ciclo frio funções: sleep, swing, timer, direcionador de fluxo, controle remoto com display digital, 04 velocidades, Potência 1450W, Vazão do Ar 680 m³/h, Temperatura 16° à 30°, compressor rotativo, gás refrigerante R-410A, serpentina de cobre, função swing, frequência 60 Hz, 220v, monofásico, selo Procel com classificação energética (INMETRO) A, nível de ruído 39dB(A), condensadora Horizontal, Branco e 12 meses de garantia. Com instalação.	UND	15
3- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	AMPLIFICADOR DE SOM AMPLIFICADOR DE ÁUDIO 1000 w rms em 4 ohms, características 3 técnicas mínimas: tensão de operação: 110 a 230 v ac, 50 hz a 60 hz, potências de operação: 8 ohm, funcionamento stereo: 350 w rms por canal (total de 700 w rms) 4 ohm, funcionamento stereo: 500 w rms por canal (total de 1000 w rms), 8 ohm, funcionamento mono (modo bridge): 1000 w rms resposta de frequência: 20 hz a 20 khz, impedância de entrada: 20 kohm balanceada e 10 kohm não balanceada, sensibilidade de entrada: 1 v, relação sinal/ruído = 83 db crosstalk entre canais: = 45 db, fator de	UND	6

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Matrícula: 40.442



CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL

Comissão
Permanente de
Licitação
Processo n.º

Fis. 149
Rubrica



		amortecimento (a 1 khz e 8 ohm): = 200. proteções: proteção ac/ dc, curto-circuito, térmica, clip limiter. funcionamento em modo bridge: o amplificador deve possibilitar o redirecionamento da potência dos dois canais para um único canal mono. leds: led indicativo de falha nos canais. led indicativo de potência máxima excedida. conexões: entradas: balanceada: 01 conector xlr para cada canal. não balanceada: 01 conector p10 para cada canal. saídas: 01 conector speakon para cada um dos dois canais		
4- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)		VENTILADORES TUFÃO BIVOLTS - Ventilador de parede grade aço 60cm, 200W - Potência: 1/4CV - 200 W; Diâmetro da hélice. 22"; RPM: 1300 Máxima; Tensão: 127V, 220, bivolt; Velocidade regulável e equipado com protetor térmico.	UND	58
5- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)		TV SMART 43" - Smart TV LED 43"; Com Conversor Digital 2 HDMI; 1 USB; Wi-Fi; Screen Mirroring e Web Browser. Resolução: Full HD 1920 x 1080 (pixels); Audio: Dolby Digital Plus; Tipo de alto-falante: 2 Canais; Navegador (Web Browser). Convergência: Espelhamento do Smartphone para TV. DLNA; WiFi Direct. Recursos: Acessibilidade: Sim (Zoom); Digital Clean View; Busca automática de canais; Desligamento Automático; Legendas; Entrada HDMI 2; Conexões - 2 Entradas HDMI; 1 Entrada USB	UND	11
6- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)		FREEZER HORIZONTAL 534L - Controle de temperatura ajustável no painel frontal; Luz interna; Sistema de refrigeração por compressor; 4 rodas para deslocamento, facilitando a movimentação do produto, Dreno lateral e frontal, facilitando o degelo e limpeza do produto; Chave de Segurança; Capacidade mínima de 534 litros; 02 portas; Tensão/Voltagem 110V. Consumo de Energia A; Cor Branco.	UND	4
7- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)		LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL ALTA ROTAÇÃO: LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL EM AÇO INOXIDÁVEL. CAPACIDADE 02 LITROS. COM ALÇA ANATÔMICA, MOTOR MONOFÁSICO COM NO MÍNIMO 1/3 CV, TENSÃO 110 V / 220 V	UND	3
8- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)		BEBEDOURO INDUSTRIAL INOX COM 02 TORNEIRAS: Bebedouro industrial refrigerado, capacidade 100 litros, gabinete em aço inox 430, com 3(três) torneiras de alta resistência em metal cromado, tampa aparadora em aço inox 430, com mangueira embutida para escoamento de água, pés reguláveis, isolamento térmico eps, refrigerado a gás R134A, termostato regulador de temperatura, tensão 220v, reservatório em polietileno atóxico, acompanhado de 1 filtro, certificação INMETRO. Garantia de 12 meses e Manual	UND	6
9- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)		BATEDEIRA PLANETÁRIA 5 LITROS: Figueira em aço inox com capacidade para 5 litros, 127v, 8 velocidades, tampa pulsar, movimento planetário, com 3 velocidades para massas e leveduras e creme/clara em neve, garantia de, no mínimo, 01 (um) ano. Com branca. Fartura, frescos, 30 dias de garantia para o cliente e 02 (dois) anos para o fornecedor.	UND	3

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Humano e Social
Telefone: 40.442

43



CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
Elicitação nº 001/2017

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 150
	Rubrica
Processo nº 001/2017	

da Licitação
Fls. 44
Campos
3-17

10- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	<p>APERELHO DE SOM Recursos: Entrada auxiliar de áudio estéreo LINE IN/AUX IN, Permite amplificar o som de MP3 e MP4 Players, Entrada USB, Permite ouvir músicas direto de um dispositivo USB compatível, Rádio FM estéreo com sintonia digital e memória programável, Sintoniza estações de rádio FM estéreo, Subwoofer, Reprodução de impacto para sons graves, Bluetooth, Permite ouvir músicas armazenadas no seu dispositivo móvel via Bluetooth, MP3 e WMA, Reproduz música no formato MP3 e WMA a partir de CDs ou dispositivos USB, Funções RANDOM, Reproduz aleatoriamente as faixas musicais do disco ou dispositivo USB, Funções REPEAT, Repete uma ou mais faixas musicais do disco ou, dispositivo USB, Informações Adicionais, Reproduz CD Entrada USB, Bluetooth, Entrada auxiliar de áudio estéreo (PC/AUX IN), Rádio FM estéreo com sintonia digital, Permite gravar 30 posições de faixas de rádio FM, Funções PROGRAM, Equalização digital pré programado, Display digital na cor vermelho, Navegação em pastas (botão SQUEEZE), Controle de memória digital, Modo STANDBY, Flash Lights, Controle remoto, Bivolt automático</p>	UND	4
11- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	<p>FORNO A GÁS Forno 80x60 Industrial a gas, contendo: Porta com vidro temperado; Medida externa: 100x68cm Isolamento térmico em lã de rocha; Corpo produzido em Aço Carbono; 02 Pedras Refratárias; Regulagem de altura na câmara, Medida interna do Forno: largura 80 cm x altura 25,5 cm profundidade 60 cm (medidas aproximadas); Medida Externa do Forno com os pés: largura 97 cm x altura 143 cm x profundidade 76 cm (medidas aproximadas); Dimensões externa sem os pés: largura 97 cm x altura 65 cm x profundidade 73 cm (medidas aproximadas);</p>	UND	6
12- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	<p>MICROFONE SLM FIO DUPLO BIVOLT Sistema de transmissão UHF, controle de volumes independentes; Faixa de frequência 530-870mhz; alcance dinâmico >80db, frequência de resposta 60-12khz; 2 canais; nível de saída 0-100mV; alcance de transmissão 50 metros; alimentação do receptor: 110/220V; 02 sondas balanceadas; 2x, alimentação dos transmissores AA</p>	UND	7
13- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	<p>CAIXA AMPLIFICADORA Com 02 saídas para alto-falante potência de 40w rms; 2 vias: 1 alto falante de 8" e 1 tweeter; resposta de frequência: 20 a 20.000hz; 1 entrada auxiliar; 1 entrada de violão ou guitarra; 1 entrada de contra-baixo ou teclado, 1 saída para caixa auxiliar; reproduz com 02 equalizadores independentes; dimensões: 510x350x220mm</p>	UND	1

Obs: O quadro acima foi elaborado com base nos dados fornecidos pelo Departamento requisitante, para que fosse feita a proposta por parte do licitante e chegados ao descritivo da proposta de preços, definido conforme a Lei Complementar 123/2006 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Lei Municipal nº 1763/17.

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Hui e Social
Matrícula: 40.442

4. FORMA DE AQUISIÇÃO/ LICITACAÇÃO

Licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, disputa aberta, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Decreto Municipal nº 137/20

5- DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

A execução do objeto será de integral, conforme Lei 8.666/93. E o critério de julgamento das propostas será pelo menor preço unitário.

6. ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

As licitantes deverão encaminhar, juntamente com a proposta comercial, catálogos, folders, rótulos, ficha técnica ou outro documento equivalente, que contenham as especificações de TODOS os produtos cotados. Ressalte-se que a apresentação dos documentos em voga tem o condão de verificar a compatibilidade dos produtos ofertados com exigências contidas no Termo de Referência.

7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto deste Termo de Referência será custeado através de recursos das seguintes

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

Programas de Trabalho:

08.244.0102.4073.000
08.242.0042.4080.0000
08.244.0038.4061.0000

Natureza de Despesa:

449052-34
449052-12

Fonte de recurso: 229


Rodrigo Nequela de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 10.442



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL

Comissão	Fls. 152
Permanente de	Rubrica
Licitação	
Processo n.º	

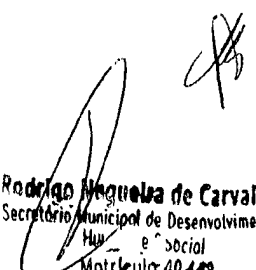


8. DA ENTREGA

- 8.1 - A entrega dos equipamentos será feita na sede da Secretaria – SMDHS no setor de Patrimônio, na Travessa Santo Elias, nº 46, Jardim Carioca - Campos dos Goytacazes/RJ;
- 8.2 - O horário de entrega será de 08:00 as 15:00h;
- 8.3 - O prazo de fornecimento destes materiais será de 10 (dez) dias corridos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dias útil seguinte após o do recebimento, pela contratada, da autorização do fornecimento;
- 8.4 - Os equipamentos entregues, que estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e apresentarem algum defeito, seja ele de fábrica ou transporte, será devolvido a empresa para troca imediata.

9.0 - FISCALIZAÇÃO

- 9.1 A CONTRATANTE deverá designar um servidor, do setor de Patrimônio da Secretaria, que fiscalizará e acompanhará o cumprimento do contrato baseado neste Termo de Referência, cabendo a este o recebimento dos equipamentos, a conferência e aceite de relatórios e ainda o atesto da Nota Fiscal.
- 9.2 O Setor de Patrimônio deverá incluir, imediatamente, os equipamentos no inventário patrimonial da secretaria, bem como, colocar plaquetas nos mesmo com os números de inventário e ainda a providenciar o Termo de responsabilidade e guarda, que deverá ser assinado pelo responsável da Associação.


Rodrigo Megueta de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL

Comissão	Fis. 153
Permanente de	Rubrica
Licitação	
DOCUMENTO n.º	



10- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em 1 (uma) via, na data de entrega do equipamento, para fins de liquidação e pagamento. A nota fiscal deverá conter os seguintes dados: especificação do equipamento, número de contrato, número de nota de empenho e dados bancários;

10.2 A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim;

10.3 O pagamento será efetuado à medida que os fornecimentos forem realizados no 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas.

10.4 À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do contrato.

10.5 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - Fornecer os equipamentos no local de entrega previsto neste termo

11.2 - Cumprir todos os prazos de entrega do edital e seus anexos;

11.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

11.4 - Se responsabilizar por todas as despesas e encargos de mão—de-obra, de transporte e impostos etc.;

11.5- Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL

Comissão	Fis. 154
Permanente de	Rubrica
Licitação	
Processo nº	



12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

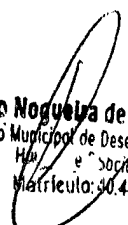
- 12.1- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.
- 12.2- Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.
- 12.3- Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.4- Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já prestou serviço compatível com o objeto deste Termo de Referência.

Campos dos Goytacazes, 27 de setembro de 2021.


Ana Paula Marques Barreto
Gerente de Compras
Matr. 40324


Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 30.442